

# Os bancos centrais e a dívida do Terceiro Mundo

Enquanto os presidentes de alguns bancos centrais se achavam reunidos, em Nova York, propondo taxas de juros fixas para os países em desenvolvimento assolados pelo problema do endividamento externo, dois dos mais importantes bancos dos Estados Unidos majoravam a *prime rate* para 12,5%. Esta decisão, que parece uma resposta às conversações, um tanto acadêmicas, que se desenvolviam no Federal Reserve Bank of New York, mostra que os bancos centrais têm motivos para inquietar-se com o problema da dívida externa do Terceiro Mundo.

Parece-nos significativo o fato de, no momento mesmo em que alguns dos principais bancos credores se mostram satisfeitos com a evolução do problema da dívida externa dos países mais endividados (com exceção da Argentina), serem os próprios bancos centrais que tomam a iniciativa de promover uma reunião de consulta entre si. Os bancos credores, com efeito, reúnem alguns dados estatísticos, como o faz, por exemplo, o *Economic Report*, publicação de The Manufacturers Hano-

ver Trust Co., e mostram que a evolução é bastante favorável. A balança comercial dos seis países mais endividados da América Latina acusou superávit crescente: 2,7 bilhões de dólares em 1981, 12,8 bilhões em 1982 e 29,8 bilhões em 1983, enquanto o déficit em conta corrente baixava de 22,1 bilhões, em 1982, para apenas 3,2 bilhões de dólares, no ano passado. Nota-se também que os juros pagos por esses seis países, que no ano passado montaram a 33.598 milhões de dólares, correspondiam a 35,2% de suas exportações, ao passo que os do ano anterior correspondiam a 35,8%. Os bancos consideram, em suma, que é possível sanar a crise do endividamento sem pôr em perigo o sistema bancário internacional.

A preocupação dos bancos centrais, entretanto, parece ser outra. Eles estão cientes de que uma nova majoração das taxas de juros — que, aliás, se vem insinuando — poderá abafar a incipiente recuperação, elevando os gastos com juros, mas, ao mesmo tempo, reduzindo o preço das *commodities*, que evoluía favoravelmente. Os bancos centrais de certos

países industrializados estão tomando consciência, porém, de que não se pode manter, por muito tempo, o presente escoamento de recursos reais de países pobres para países ricos. Com efeito, o que falta, nas estatísticas dos bancos credores, são dados sobre a evolução da renda *per capita* dos países endividados, nestes três últimos anos, evolução que está tornando mais pobres, a cada dia, países que iniciavam sua largada, sua fase de *take off*.

As reuniões de presidentes de bancos centrais costumam ser cercadas de grande sigilo, e a reunião de Nova York parece não ter fugido à praxe, embora os banqueiros oficiais tenham, desta vez, convidado os banqueiros privados para uma conversa. Nessa reunião, não serão tomadas decisões, mas haverá apenas confronto de opiniões. Sabe-se, porém, que, quando os bancos centrais levantam um problema, o problema existe realmente, e reclama solução. As reuniões mais restritas dos presidentes dos principais bancos centrais costumam realizar-se, com regularidade, em Basileia, no seio do

BIS (Banco de Compensações Internacionais), mas, desta vez, esses comparsas julgaram conveniente ouvir, em seu "clube", representantes de países em desenvolvimento. Ao que parece, foram apresentadas três propostas sobre a questão da dívida dos países em desenvolvimento: troca da taxa de juros flutuante por uma taxa fixa, capitalização de parte dos juros e redução das taxas de juros. Os banqueiros (norte-americanos) opuseram-se, ao que se diz, a essas propostas. É possível, entretanto, que sua oposição se deva apenas ao fato de não se haver cogitado da contribuição que dariam nesse sentido os bancos centrais.

Não se esperavam mesmo decisões da reunião de Nova York, mas não há dúvida de que houve uma mudança notável. A reunião, por si mesma, mostra que se admitiu que o problema terá de ser resolvido no plano oficial, e não, simplesmente, no âmbito privado, como se vinha tentando. A reunião de Nova York equivale a um primeiro passo no rumo da renegociação da dívida externa.